



**UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

INÊS JOSEFA MANUEL GUNZA

**POBREZA EM ANGOLA:
POLÍTICAS DE COMBATE A FOME NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

INÊS JOSEFA MANUEL GUNZA

**POBREZA EM ANGOLA:
POLÍTICAS DE COMBATE A FOME NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

A pesquisa apresentada na metodologia interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira servirá como pesquisa de obtenção de grau de conclusão de curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio de Aquino Alves.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

INÊS JOSEFA MANUEL GUNZA

**POBREZA EM ANGOLA:
POLÍTICAS DE COMBATE A FOME NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

Projeto de pesquisa apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 06 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio De Aquino Alves (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Prof. Dr. Bruno Amaral de Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Prof. M.e Fábio de Sousa Rocha

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	OBJETIVOS	6
3.1	GERAL	6
3.2	ESPECÍFICOS	6
4	PROBLEMATIZAÇÃO	7
5	METODOLOGIA	7
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
6.1	MERENDA ESCOLAR	11
6.2	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS (PAPAGRO)	11
6.3	PLANTA SÓ	12
6.4	PÃO DO DIA	12
6.5	PROGRAMA CARTÃO KIKUIA	12
6.6	PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS	12
6.7	AS PRINCIPAIS RAZÕES DO FRACASSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME EM ANGOLA	13
6.7.1	A corrupção no país	13
6.7.2	A falta de diversificação de diversificação da economia	14
7	CRONOGRAMA	16
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país localizado no continente africano, com uma extensão territorial de 1.246.700 km², o país faz parte da África Austral, faz fronteira com a República Democrática do Congo, Congo, Namíbia, Zâmbia e é banhado pelo oceano atlântico. A sua capital é Luanda, a língua oficial é o português e tem uma população de 33.097.671 milhões de habitantes (CRISTÓVÃO, 2022). O país foi colonizado pelos portugueses por cerca de cinco séculos e só alcançou a independência em 1975. Logo após a liberação, o país entrou em guerra civil que terminou apenas em 2002.

Durante muito tempo o motivo da pobreza extrema e a fome era vinculada ao conflito armado, porém essa explicação já deixou de fazer sentido nestas duas últimas décadas, além disso, o país teve um rendimento de 746 bilhões de dólares proveniente do petróleo entre 2002 e 2014 e não houve melhorias das condições mínimas para que o país continuasse a crescer.

No Decreto Presidencial n.º 36/19 de 31 de janeiro de 2019, o executivo angolano considerou que a pobreza é um problema estrutural que constrange o desenvolvimento económico e social da nação e que para além de investir em políticas públicas de combate à pobreza, tem encarado essa situação como prioridade. Apesar de todos os esforços que o governo diz fazer, os cidadãos não se beneficiam significativamente destes supostos projetos e o motivo da fome e pobreza em Angola continua sendo a má governação, a dependência total do petróleo e a falta de emprego (o desemprego urbano e juvenil excede os 50%).

Após o alcance da paz, Angola tinha o cenário perfeito para sair da extrema pobreza, só precisaria de políticas públicas certas e bem aplicadas, pois tinha verba e o apoio internacional para dar um rumo diferente ao país, em um período em que a população ainda não era tão grande.

O presente estudo pretende analisar o que esteve na base do fracasso das políticas públicas angolanas, uma vez que os documentos do Executivo anunciaram vários programas bilionários para reduzir a incidência da fome. Por exemplo, um dos mais importantes projetos de combate à fome e a pobreza, o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), que iniciou em 2018, atribuía a cada município 25 milhões de kwanzas, um valor alto, que de certa forma, deveria acarretar alguma mudança na vida população.

Com este estudo, pretendemos trazer um olhar mais profundo sobre como são políticas públicas de combate a fome e a pobreza e compreender se o valor investido para resolver o problema do povo condiz com a realidade da população, nesta segunda década do século XXI.

2 JUSTIFICATIVA

Em 2013, o Jornal Expansão publicou que Angola conseguiu reduzir pela metade o número de pessoas que sofriam com a fome, cumprindo o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, essa informação foi avançada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Além de Angola, também faziam parte desta lista países como Brasil e São Tomé e Príncipe (FERNANDES, 2013).

Se no princípio da década de 2010, o país estava tão próximo de reduzir significativamente a fome, como justificar o aumento avassalador deste problema no final da década. O relatório da agência da Organização das Nações Unidas informou que Angola tem cerca de 16 milhões de pessoas consideradas pobres multidimensional, ou seja. 51,1% da população é pobre e 15,5% estão em risco de se tornar pobres também (ONU, 2021).

Tal como a maioria dos países africanos, Angola continua sendo um país rico com níveis muito alto de desnutrição. Nos últimos anos, vários portais de notícias relataram continuamente que há muitas pessoas abaixo da linha da pobreza, mas o estado não parou de fazer empréstimos e a dívida pública continua aumentando. Neste trabalho de pesquisa pretendemos compreender quais políticas existem e como estão sendo aplicadas para resolver o problema do povo que desde então sempre reclamou dos mesmos problemas (a fome).

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Analisar os impactos das políticas de combate à fome e compreender o nível de pobreza em Angola.

3.2 ESPECÍFICOS

- Identificar os desafios políticos de Angola frente ao problema da fome no século XXI;
- Descrever as políticas públicas utilizadas e propostas para a redução da fome;
- Examinar os fracassos inerente ao planeamento e implementação das políticas de combate à fome.

4 PROBLEMATIZAÇÃO

Após o término da guerra civil em Angola, o estado recebeu várias ajudas monetárias e fez diversos empréstimos. Além disso, houve uma época em que os preços mundiais do petróleo estavam altos e em pouquíssimo tempo o país entrou no top três dos maiores produtores deste produto no mundo. Um estudo feito pelo economista Alvesde Rocha, diretor do centro de investigação científica da Universidade Católica de Angola, mostrou que o país arrecadou 746,8 mil milhões de dólares com a comercialização de petróleo, entre 2002 e 2014, neste montante foi investido apenas 93,5 bilhões de dólares nos setores.

A partir de 2004 o estado angolano criou a Estratégia de Combate à Pobreza com várias políticas públicas como a Reinserção Social, a Segurança e Proteção Civil, a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural, o VIH/SIDA, a Educação, a Saúde, as Infraestruturas Básicas, o Emprego e Formação Profissional, a Governação e a Gestão Macroeconômica, como forma de aumentar a qualidade de vida da população.

A mídia internacional considerou Angola como o país do futuro. Apesar da boa fase e de vários planos e políticas de desenvolvimento sustentável, Angola continua entre os países com mais fome mundo.

Quais são as razões do fracasso das políticas públicas de combate à fome em Angola?

H1: A corrupção é, sem dúvida, o principal fator que impossibilitou a realização dos projetos de desenvolvimento do país. Conforme confere no artigo de opinião do Jornal Expansão, escrito por Carlos Rosado Carvalho, afirmou que numa lista de 176 países, Angola ocupou a 13ª posição no ranking da TPI, em 2016, a mesma posição que obteve em 2004 onde participaram 145 nações. A corrupção em Angola é desvalorizada pelas autoridades, tolerada pelo povo e facilitada pela Lei, disse o autor.

H2: A falta de diversificação da economia do país tornou o povo angolano totalmente dependente do petróleo, ou seja, a maioria das políticas públicas são financiadas diretamente por este recurso natural. Assim, com a crise do preço do petróleo em 2014, os programas de combate à fome foram praticamente cancelados.

5 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma abordagem qualitativa, pois se concentra na

compreensão dos grupos sociais, em vez de quantificá-los (SILVEIRA, GERHRDT, 2009). Para Minayo (2001 APUD SILVEIRA, GERHRDT, 2009). Partindo desta análise, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto ao objetivo a nossa pesquisa é descritiva. Assim sendo, com este estudo buscaremos apresentar uma visão diferente sobre o combate à fome e demonstraremos de um modo mais simples as políticas que foram implementadas em Angola e como funcionaram (GIL, 2002).

O procedimento técnico para coleta de dados é o bibliográfico, uma vez que utilizaremos materiais de estudo já existentes e tornados públicos desde revista, jornais, publicações avulsas, boletins, livros, artigos, monografias, teses etc. (MARCONI, LAKATOS, 2017). Partindo dos pressupostos dos objetivos que citamos, a identificação e a descrição das políticas públicas que foram implementadas durante a segunda década do século XXI em Angola utilizaremos artigos, livros, teses e sites oficiais. A seguir, vamos constatar se as propostas e as políticas públicas se tornaram realidade com ajuda dos portais de notícias, jornais nacionais e internacionais, que normalmente abordam e acompanham o desenrolar dos projetos do estado angolano e assim poderemos verificar as causas do fracasso.

Como o tema em questão demanda também dados estatísticos, utilizaremos alguns gráficos e tabelas para descrever o desenvolvimento económico de Angola e apresentar as principais fases de crescimento do país (MARTINS, 2017) e por meio de artigos e entrevistas poderemos compreender o motivo das políticas públicas angolanas não darem certo.

Com todos os dados recolhidos ao longo da investigação, pretendemos continuar a estudar este tema na terminalidade, de modo que, analisando as políticas públicas implementadas na segunda década do século XXI, procuraremos compreender o seu impacto no início da terceira década deste mesmo período e quais são os desafios atuais para o combater a fome em Angola.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde os primórdios, a fome na humanidade sempre existiu, durante muito tempo era vinculada diretamente aos desastres da natureza, mas com a evolução das civilizações os motivos deixaram de ser apenas catástrofes e atualmente um dos principais motivos da fome

na nossa sociedade é a má gestão do erário público. Desta forma uma parcela restrita se torna o detentor dos bens que seria repartido por todos os beneficiários do país ou comunidade.

A sociedade dominante é notoriamente consumista. Dá centralidade ao consumo privado, sem autolimites, como objetivo da própria sociedade e da vida das pessoas. Consome não apenas o necessário, o que é justificável, mas o supérfluo, o que é questionável. Esse consumismo só é possível porque as políticas econômicas que produzem os bens supérfluos são continuamente alimentadas, apoiadas e justificadas (BOFF, 2008, Online).

A fome no mundo continua sendo um problema difícil de se resolver e cada vez mais pessoas sofrem com este mal. Os dados do relatório de 2022 da ONU mostraram que “o número de pessoas afetadas pela fome globalmente subiu para cerca de 828 milhões em 2021, um aumento de cerca de 46 milhões desde 2020 e 150 milhões desde 2019” (UNICEF, 2022, Online).

A situação da fome em Angola é muito grave e não há nenhum sinal de melhora, um estudo estatístico realizado pelo Programa Nacional de Nutrição do Ministério da Saúde revelou que por dia morrem quatro crianças por motivos de fome no país. Deste modo, a fome em Angola é considerada crônica. “Esse tipo de fome é mais perverso que a fome global, determinada pela incapacidade da alimentação diária fornecer um total calórico correspondente ao gasto energético realizado pelo trabalho do organismo” (NASCIMENTO, 2009, p. 204). Segundo o relatório do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a incidência da pobreza em Angola é de 41%, ou seja, 41 de cada 100 angolanos tem um consumo de 12.181 kz por mês, este valor continua deixando quase a metade da população abaixo da linha da pobreza, uma vez que o consumo médio mensal do angolano é estimado em 17.569 kz (EUGÉNIO, 2020).

Como forma de reduzir a fome no país várias políticas públicas milionárias foram criadas para aliviar o sofrimento do povo e transformar o país num lugar melhor de se viver.

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

Depois de dois anos de paz, em 2004 o estado angolano criou várias políticas públicas para conter a pobreza e a fome no país. Foram criados vários projetos para resolver os principais problemas da população, como a fome, a construção de infraestruturas básicas e

outros bens. Neste período, cerca de 68% da população era pobre, dentre eles 26% se encontravam na miséria extrema, sobrevivendo apenas com 0,75 USD.

Como uma forma de otimizar o processo das aplicações das políticas públicas foi criado o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural de Combate à Pobreza (PMIDRCP) regido pelo Decreto Presidencial nº 9/04 de 4 junho que consistia na agregação de vários programas como: Merenda Escolar, Planta Só, PAPAGRO, Pão do Dia e vários projetos. Este decreto foi protagonizado pelo ex-presidente José Eduardo dos Santos. E em 2018 o Decreto Presidencial nº 140/18 de 06 de junho aprovou o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade estrutural da população para que todos façam parte do desenvolvimento do país num intervalo de quatro anos (2018-2022) e foi protagonizado pelo atual presidente João Manuel Gonçalves Lourenço. Este programa tal como o PMIDRCP também elegeu os municípios como unidade principal para gestão deste projeto, ou seja, os administradores municipais serão os principais gestor deste grandioso investimento.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) tinha um potencial enorme para dar certo, uma vez que no princípio da mesma década já havia sido implementado o PMIDRCP. Assim, acreditava-se que os erros do programa passado não se repetiriam, pois os dois programas se baseavam nos mesmos ideais e certos projetos como Merenda Escola, Água Para Todos, Transferência Monetárias continuaram existindo e outros foram apenas atualizados.

Em entrevista para o Jornal O País, o diretor Nacional da Unidade Técnica, Miguel Pereira, do PIDLCP disse que desde o início deste projeto todos os municípios passaram a receber 25 milhões de kwanzas mensalmente, equivalente a 300 milhões de kwanzas por ano para auxiliar as famílias vulneráveis. Esse valor distribuído por município não é considerado pouco para reduzir a pobreza, porém continua sendo perceptível o alto nível de pobreza existente em Angola. Analisando matematicamente, era investido cerca de 4,2 bilhões de kwanzas anualmente e sem dúvidas esse investimento serviria para pelo menos satisfazer as necessidades básicas da população.

Apesar de serem criadas novas políticas públicas e implementadas no PMIDRCP e PIDLCP algumas políticas já existiam antes desses projetos, ou seja, foram alteradas apenas as escalas das aplicações. Nestes programas faziam parte os seguintes projetos:

6.1 MERENDA ESCOLAR

A merenda escolar é a refeição oferecidas nas instituições de ensino enquanto os alunos frequentam as aulas e servem para suprir a falta de nutrientes nos alunos do ensino primário (da 1º ao 6º ano). A merenda escolar é regulada pelo Decreto Presidencial 138/13 de 24 de setembro de 2013, que determina que é um projeto de âmbito nacional que visa combater o insucesso escolar, aumentar a taxa de retenção e permite que as crianças em idade escolar se sintam capazes de cumprir as suas responsabilidades escolares em condições nutricionais adequadas, garantindo-se assim o seu bem-estar, crescimento e desenvolvimento.

Para muitas crianças pertencentes a famílias vulneráveis, encontram a oportunidade de se alimentar na escola, os estudos mostram que a alimentação escolar “pode constituir-se em uma refeição de reforço ou mesmo a única diária, em função das condições de alta vulnerabilidade social e económicas devido às condições estruturais da família e da ausência de políticas públicas” (ANTÓNIO et al., 2022, p.2). Além de contribuir na permanência do aluno na escola, a merenda escolar ajuda a recuperar a deficiência alimentar do aluno.

Segundo o Ministério da Educação, a merenda escolar, contribui muito para o aumento de crianças nas salas de aulas, tanto é que em 2015 com a paralisação deste programa a taxa de abandono escolar cresceu de 8,8% para 15,5% (FELICIANO, 2015).

6.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS (PAPAGRO)

O PAPAGRO é um programa do governo centrado na compra de produtos agrícolas de camponeses em todo país com a finalidade de revender em lojas comerciais e afins, gerando milhares de emprego e consequentemente a redução da fome, pois os pequenos e os agricultores familiares muitas vezes não conseguem escoar seus produtos por falta de mercado ou de meios de transporte. Para impedir que a produções agrícolas se percam em meio a um cenário de fome extrema, o estado angolano implementou essa política pública para facilitar que os alimentos cheguem em vários pontos do país com mais segurança.

Como uma das formas de reduzir a fome e a pobreza, a ministra do comércio Rosa Pacavira, anunciou que serão construídas cerca de onze mil lojas, de 2014 à 2017, para incentivar a produção e a comercialização do produto do campo, conforme noticiado pelo portal de notícia Rede Angola (2014) e lembrou ainda que além do PAPAGRO ser um programa que estimula a produção interna, também contribui para redução das importações do que pode ser cultivado em Angola, terminando por ressaltar que os principais clientes desse

programa são os Ministérios de Defesa e do Interior e as empresas petrolíferas e da construção civil.

6.3 PLANTA SÓ

O programa planta só é um projeto do governo que consiste na criação de estufas municipais que facilitam a germinação de plantas agrícolas, ou seja, os produtos são plantados inicialmente num espaço com melhor controle e quando atinge uma etapa sustentável são distribuídas aos pequenos e agricultores familiares para que continuem o processo em outro solo sem grandes riscos de perder a plantação.

6.4 PÃO DO DIA

O programa pão do dia é uma das políticas adotada pelo governo angolano que consiste na criação de panificadoras comunitária para ajudar as famílias vulneráveis e apoia também empreendedores locais, de modo a diversificar as fontes de renda (FELICIANO, 2015).

6.5 PROGRAMA CARTÃO KIKUIA

Lançado em 2013 para apoiar pelo menos 200.000 famílias vulneráveis, o programa cartão Kikuiia inicialmente estipulava que cada família se beneficiaria com a compra de alimentos e bens essenciais no valor de 10.000 kwanzas (100 dólares na altura) em estabelecimentos comunitários (lojas Kikuiia). Apesar do programa estabelecer pagamentos mensais, o orçamento do estado só podia transferir-lhes 10.000 kwanzas para os cartões de cada família anualmente, tornando o auxílio ineficiente para os beneficiários obrigando as famílias a sobreviverem com apenas \$ 0,24 por dia (GPV01, 2016). Vale lembrar que o valor caiu de 10.000 kwanzas para 5.000 no ano de 2016. Além de não ser ajustado de acordo com as inflações, o número de beneficiários caiu de 90.000 para apenas 40.000 no mesmo período.

6.6 PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS

O programa água para todos é uma política pública que tem como finalidade garantir

água potável a população (principalmente as que residem no meio rural) por meio de construções de sistemas de captação e tratamento da água. Este projeto já existe desde 2007, porém teve o seu ápice em 2013 com o aumento de obras públicas e ampliação de projetos já existentes.

Em 2019, o valor total do Orçamento do Estado para este projeto aumentou 35% face ao ano anterior. O estado forneceu 16,9 mil milhões de kwanzas, dos quais 37% foram fornecidos pelos municípios, 41 (MINEA) e 22 (governos provinciais) e os agregados familiares mais pobres foram definidos como prioritários (CAPITA, 2020). De 2007 a 2019, o projeto beneficiou cerca de 9,8 milhões da população rural, e a taxa de cobertura aumentou 70,3%.

6.7 AS PRINCIPAIS RAZÕES DO FRACASSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME EM ANGOLA

6.7.1 A corrupção no país

Em meados de 2013, Angola reduziu pela metade o número de pessoas que sofriam com a fome e concretizou o primeiro objetivo de Desenvolvimento do Milênio, estava caminhando tão bem no princípio da segunda década do século XXI e se esperava que o país atualmente fizesse parte da lista das nações que mais cresceram. Porém, fatores como a corrupção excessiva, falta de diversificação da economia e má governação minaram o progresso do país.

Angola fez parte do ranking dos vinte países mais corruptos do mundo, em 2019, numa lista de 180 países, Angola era o 165º, segundo o documento elaborado pela Transparency Internacional (TI) (REIS, 2019). Apesar de ter alcançado a posição 136 em 2021 (H.F., 2022) esse resultado não se refletiu na governação do país, basta analisarmos a gestão do recente Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza e notaremos que os fundos disponibilizados para os administradores tiveram fins desconhecidos, tal como afirmou o Bernardo Castro no portal de notícia português, VOA, a corrupção em Angola é escancarada e existe em todos setores da vida social, inclusive nos hospitais públicos que são lugares que cuidam da vida da população, muitas vezes os pacientes são obrigados a pagar para terem o atendimento mais eficiente ou comprar materiais que era suposto ser gratuito. Infelizmente os beneficiários não recebem o que eles têm direito e a população continua vivendo na miséria extrema e esse é um dos sinais que a corrupção até

hoje continua produzindo muita miséria.

Um dos maiores problemas também é a falta de fiscalização e de exigência por parte da sociedade civil, os alvos não recebem as informações dos fins dos benefícios que estes receberiam e nem o estado se preocupa em investigar como estão sendo aplicado o erário público e segundo dados do World Poverty Clock, 54% da população de Angola vive na extrema pobreza, com menos de 1,90 USD por dia (GUERRA, 2022). As políticas públicas são utilizadas como desculpas de desviar as verbas do governo, ou seja, não são criadas pensando nos pobres que vivem em situação extrema. Eles investem uma pequena parte do que foi proposto pelo programa e o resto é aplicado em lugares desconhecidos.

Poucas pesquisas relacionadas a gestão das políticas públicas são feitas para explicar de forma transparente para onde vão os investimentos que deviam mitigar a fome no país. Acredita-se que isso não acontece por falta de liberdade de expressão que o país continua não tendo. Em Angola a censura ainda é muito forte para os pesquisadores que se dispõem em trazer as verdades à tona.

O terceiro presidente de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, tomou posse em 2017 e um dos seus projetos de governo consistia no combate a corrupção e começou por exonerar membro do seu governo que durante muito tempo eram considerados intocáveis, isso fez a população sonhar com uma governação mais transparente. Aliás, segundo a DW África, a Procuradoria da República recuperou dos corruptos, seis mil milhões de dólares até o ano de 2023, porém todos esses valores que o presidente vem recuperando desde o início de seu governo não contribui para melhorar a vida da população e vale lembrar que o PIDLCP foi aplicado durante o seu governo e fracassou também devido a corrupção, tal como outras políticas públicas existentes. Os municípios recebiam mensalmente 25 milhões de kwanzas e nenhuma explicação será plausível para esse caso, se não a corrupção. Até os programas muito sensíveis como a merenda escolar que é direcionado as crianças não foram deixados a parte pelos corruptos, muitos alunos do Ensino Primário (Ensino fundamental I) não sabem o que é fazer refeição na escola e quando estão com fome são obrigados a pedir aos professores algo para comerem e estes gastam seu dinheiro para aliviarem os meninos. Os gestores enriquecem à custa das crianças e dão esses benefícios aos alunos pouquíssimas vezes por ano ou simplesmente não dão (NDOMBA, 2023).

6.7.2 A falta de diversificação de diversificação da economia

A economia de Angola é muito dependente do petróleo, cerca de 48% do PIB, 98%

das exportações e 72% das receitas do país vem deste recurso natural (RIBOLDI, 2016) e no princípio de 2016 o preço médio do petróleo bruto angolano baixou bruscamente até US\$ 36, uma vez que três anos atrás estava no valor de US\$ 108 (GPV01,2016).

Gráfico 1 - Petróleo bruto: preço, volume e receita de 2001 a 2016



Fonte: Banco Nacional de Angola (2001 – 2014), Banco Mundial (2015 – 2016).

A queda do petróleo, segundo Riboldi (2016), foi tão rápida e devastadora que obrigou o executivo angolano a rever o Orçamento Geral de Estado (OGE) de 2015, aprovado no ano anterior, reduzindo a referência do petróleo de 81 para 41 dólares. Com a baixa no preço do petróleo, as políticas públicas que estavam em funcionamento foram canceladas ou reduzido o financiamento, como é o caso da redução do valor da transferência monetária do Programa Cartão Kikuiua que passou de 10.000 kz mensal para 10.000 kz anual e a paralisação do Programa Merenda Escolar. A falta de diversificação da economia fez com que o desenvolvimento girasse em torno da estabilidade do preço do petróleo, isto implica que se num determinado momento as políticas públicas estiverem a ser bem implementadas, quando o preço despencar todo progresso realizado é imediatamente paralisado ou o orçamento que foi previsto é imediatamente reduzido.

REFERÊNCIAS

1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza; grupos étnicos e mulheres são os mais afetados. ONU News, 7 de outubro de 2021. Disponível em:

<https://news.un.org/pt/story/2021/10/1765812#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20relat>

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 setembro de 2013**. Regulamento da Merenda Escolar. José Eduardo dos Santos. Luanda, I série, N.º 13, p. 2506-2508, 18 de setembro de 2013.

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 140/18 de 6 de junho de 2018**. Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza. João Manuel Gonçalves Lourenço. Luanda, I série, N.º 82, p. 3204-3209, 7 de maio de 2018.

ANTÓNIO, Armindo Paixão. Et al. **Merenda Escolar Sustentável no Município de Caála**, Fatores que a impediram, Huambo - Angola. RECIM21. V3, n.º 9, 2022.

BOFF, Leonardo. A fome sempre existiu, mas hoje ela resulta do consumo. **Ecodebate**, 2008. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/05/12/a-fome-sempre-existiu-mas-hoje-ela-resulta-do-consumo-artigo-de-leonardo-boff/>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

CAPITA, Bernardo. **Água para Todos” abastece 9,8 milhões de habitantes nas zonas rurais. Cabinda**. 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/agua-para-todos-abastece-9-8-milhoes-de-habitantes-nas-zonas-rurais/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

CRISTÓVÃO, Edvaldo. População angolana estimada em 33.097.671 habitantes. **Jornal de Angola**. 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/populacao-angolana-estimada-em-33-097-671-habitantes/>. Acesso em: 25 de junho de 2022.

EUGÉNIO, António. Pobreza tem maior incidência em oito províncias. **Jornal de Angola**. 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pobreza-tem-maior-incidencia-em-oito-provincias>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

FELICIANO, Felizardo Chaves. **Políticas Públicas de Combate à Pobreza em Angola: Análise do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), 2012-2013**. 2015. Tese (Mestrado em Políticas públicas) - Departamento de Ciências Políticas e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2015.

FERNANDES, Pedro. Angola cumpre meta de combate a fome. **Expansão**, 13 de junho de 2013. Disponível em: <https://expansao.co.ao/angola/interior/angola-cumpre-meta-de-combate-a-fome-16716.html>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2023.

GERHARDT, E. Tatiana e SILVEIRA, T. Denise. **Metodologia da Pesquisa**. Rio Grande do Sul. Editora UFRGS, p. 42, 2009.

GIL, António Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, p. 42,

2002.

GPV01(org.). **República de Angola Pobreza e Análise de Impacto Social: Reforma de Subsídio e Extensão do Programa de Protecção Social**. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/hones/Downloads/Horácio/pobreza%20em%20angola%201.pdf>

GUERRA, Adolfo. Para onde vai o dinheiro para combater a fome em Angola. **DW**, 29 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/para-onde-vai-o-dinheiro-para-combater-fome-e-pobreza-em-angola/a-61638793>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

H.F., Angola sobe seis lugares no índice de percepção de corrupção em 2021, **Expansão**, janeiro 25 de 2022. Disponível em: <https://www.expansao.co.ao/angola/interior/angola-sobe-seis-lugares-no-indice-de-percepcao-de-corrupcao-2021-106530.html#:~:text=Transpar%C3%Aancia%20Internacional%20constata%20%22melhorias%20significativa%22%20Angola%20salta%20seis,pontos.%20H.F.%2025%20de%20Janeiro%202022%20%20C3%A0s%2011%3A44>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

<https://www.conexaolusofona.org/entenda-a-crise-angolana-os-efeitos-da-baixa-do-petroleo-na-economia-do-pais/>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

<https://www.pressreader.com/angola/jornal-de-angola/20200612/282041919370070>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista IDEAS**, v.3, n. 2, p. 199, 2009.

NDOMBA, Borralho. Angola: Para onde vai a verba da merenda escolar? **DW**, 25 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-para-onde-vai-a-verba-da-merenda-escolar/a-64508995>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

Novas lojas para escoamento de produtos rurais. **Rede Angola**. 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.redeangola.info/lojas-para-produtos-rurais/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

OLIVEIRA, Serafim de. Angola p'ra que nos serve o nosso bilhete de identidade? Angola Transparency. Disponível em: **Angola Transparency**—Objectivo: Impulsionar os cidadãos angolanos a questionarem como o erário público é gerido e terem a capacidade de responsabilizar os seus maus gestores de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição da República (angola-transparency.blog). Acesso em: 9 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Sílvia de. Modos de vida da pobreza em Angola. **RAS**, setembro de 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/457>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

REIS, Joaquim José. Angola sobe dois lugares no ranking, mas é o 16.º país mais corrupto do mundo. **Expansão**, 1 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.expansao.co.ao/angola/interior/angola-sobe-dois-lugares-no-ranking-mas-e-o-16o-pais-mais-corrupto-do-mundo-66610.html>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

RIDOLDI, Bruna. Entenda a crise angolana: os efeitos da baixa do petróleo na economia do país. **Conexão Lusófona**, 10 de fevereiro de 2015. Disponível em:

TEIXEIRA, Elenaldo Celso Teixeira. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002.

Unicef.org. Relatório da ONU: Números globais de fome subiram para cerca de 828 milhões em 2021. **UNICEF**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

WORD BANK. **Angola**: aspectos gerais. 6 Abril de 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>. Acesso em: 25 de janeiro.